

processo de difusão internacional da língua portuguesa? Desse modo, entende-se que pode ser que sim, à medida que avança esse processo de transformação e elevação de nível de integração social. Nota-se que em países lusófonos da África a língua portuguesa está ficando cada vez mais evidente, e que ela tenderá a se converter em língua nacional em curto espaço de tempo ●

#### Nota:

<sup>1</sup> Sobre o desenvolvimento democrático na África, principalmente nos países de língua portuguesa, ver Carvalho (2010).

#### Referências

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *Projetos: Cooperação Sul-Sul*. 2005. Disponível em: <[http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao\\_PrestadaOICPLP.asp](http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao_PrestadaOICPLP.asp)>. Acesso em: 16 jan. 2011.
- ALMEIDA, P. R. *Uma política externa engajada*. 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- AMARAL, S. Uma política externa para o século XXI. In: DUPAS, G.; LAFER, C.; SILVA, E. L. (Org.). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CAMPOS, D. A. *A África na política externa brasileira*. 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-napolitica-externa-brasileira-por-diego-araujo-campos/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

- CRUZ, S. C. V. *O Brasil no mundo*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CRUZ, S. C. V.; SENNES, R. *O Brasil no mundo. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 29-42, jan.-abr. 2006.
- FERREIRA, W. Política externa do Governo Lula. *Debates*, Porto Alegre. v. 3 n. 1, p.100-125, jan.-jun. 2009.
- IANNI, O. *Teoria da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Poder y Interdependencia*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 1988.
- RIBEIRO, C. O. Política africana do Governo Lula. *Meridiano 47*, Brasília, n. 83, p. 9-11, jun. 2007. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2007/06/30/politica-aficana-do-governo-lulaum-ponto-de-inflexao-e-reflexao/>>. Acesso em: 30 dez. 2010.
- SENA JÚNIOR, R. Poder e interdependência. In: RI JÚNIOR, A. D.; OLIVEIRA, O. M. de. *Relações internacionais*. Ijuí: Unijui, 2003.
- VISENTINI, P. F. O G-3 e o G-20. *Nerint*, 2009. Disponível em <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2011.
- VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. *A política africana do Governo Lula*. *Nerint*, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2011.

\* Graduado em ciências sociais, mestre em ciência política pela UFPI e doutorando em ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

# ESCRAVIDÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL: negros da Nação nas obras públicas de Teresina (1850-1871)

Por Genimar M. R. de Carvalho\* e Solimar Oliveira Lima\*\*

No decorrer do século XVIII e início do XIX, várias foram as sugestões e tentativas de mudança da capital do Piauí. Situada nos sertões, Oeiras, segundo diferentes argumentos, mostrava-se isolada e desfavorável à comunicação com as demais unidades do território e, sobretudo, com os centros administrativos da colônia e império - Rio de Janeiro e Lisboa, respectivamente. Defendia-se a transferência para a vila de Parnaíba (no litoral), para a vila de São Gonçalo ou Regeneração (às margens do rio Parnaíba, em zona central) ou ainda para a Vila do Poti (na confluência do rio Parnaíba com o rio Poti, na divisa com o Maranhão).

A transferência da capital somente se concretizou quando José Antônio Saraiva assumiu a presidência da Província. Logo após sua posse, em 1850, o então presidente viajou para a localidade que, em sua opinião reunia as melhores condições

para instalação da nova sede, a Vila do Poti, intencionando avaliar pessoalmente o local. Vítima constante das enchentes dos rios e das consequentes epidemias, a Vila do Poti já havia conseguido autorização, através da lei provincial n. 140 de 1842, para transferir-se para local mais seguro. No entanto, anos de invernos menos rigorosos seguiram-se após a aprovação da lei, o que levou à não imediata mudança.

Ao chegar à Vila do Poti, Saraiva percebeu a insalubridade do local e, aproveitando-se da lei de 1842 e da insatisfação dos seus habitantes, articulou, sem demora, a transferência da capital:

Acenaria [Saraiva] aos potienses, a mostrar as vantagens que se lhes oferecia sua futura sede municipal, ao converter-se em metrópole do Piauí, o que bem poderia acontecer, se oferecessem sua solidariedade em busca do objetivo. Com esse argumento que era poderoso estímulo, Saraiva encontraria, na vila castigada, valorosos aliados, e

contornaria os empecilhos apresentados por seus antecessores [...] (NUNES, 2007, p. 100).

Escolhido o local para onde seriam transferidos os habitantes da Vila do Poti, à margem do rio Parnaíba, na região conhecida como Chapada do Corisco, a cerca de 6 km da antiga sede da Vila, o presidente ordenou que se construísse a nova igreja e, para tanto, formou-se uma comissão:

Tendo resolvido a edificação de uma nova Igreja, que possa substituir a Matriz bastante arruinada, no local designado pela Assembleia Provincial para a nova Villa, tenho nomeado a V. Sa. [Cel. Roberto Raimundo de Aguiar, abastado fazendeiro], ao Dr. Jesuino [de Sousa Martins, juiz municipal] e ao Revmo. Vigário [P. Mamede Antônio de Lima, pároco da freguesia] para que formando uma comissão, continuem a promover donativos entre os habitantes d'esta Freguezia, com os quaes se possa levar a effeito a referida edificação. [...] a fim de que a comissão preencha as vistas da Administração, que a encarrego, alem disso, da inspeção da obra, da guarda dos dinheiros arrecadados e de trazerem ao conhecimento do Governo tudo quanto for concernente a consecução de semelhante fim (APEPI, 1848-1855, COD 180).

Em ofício, Saraiva ordena que o mestre de obras públicas da Província, João Isidoro da Silva França, desloque-se com brevidade à recém-criada Vila Nova do Poti para dar início às obras de construção da igreja matriz, dando-lhe instruções relativas ao transporte de trabalhadores e ferramentas como também às suas obrigações e relações com a comissão encarregada da fiscalização da obra. Entre as responsabilidades desta última estava o sustento dos escravizados, trabalhadores nas obras (APEPI, 1848-1855, COD 181).

Em 20 de novembro de 1850, Saraiva autoriza o mestre Isidoro a fretar a barca de Theotônio da Costa Veloso, acreditando ser esta a forma mais econômica, rápida e cômoda, para que fizesse o transporte das ferramentas, utensílios, obreiros e escravizados da vila de Amarante para a Vila Nova do Poti. Alguns outros escravizados seguiriam todo o trajeto por terra conduzindo os carros de bois que seriam utilizados na construção. O presidente da província tinha pressa em começar a obra da matriz e esperava que logo “nos primeiros dias de dezembro” já se encontrassem na dita vila o mestre de obras e os trabalhadores (APEPI, 1848-1855, COD 181).

No dia 8 de janeiro de 1851, Saraiva responde ao ofício enviado pela comissão encarregada da subscrição para a construção da igreja matriz, comunicando já ter ciência da chegada do mestre de obras públicas com 36 obreiros, entre carpinteiros, pedreiros, serventes, escravizados,

quatro moleques (meninos escravizados de pouca idade, aprendizes de ofícios) e 4 soldados “[...] destinados a fazer a policia do lugar, e a manter a ordem entre os trabalhadores ocupados nas obras publicas, e nas dos particulares” (APEPI, 1848-1855, COD 181, n.p.).

Entre estes primeiros trabalhadores que deram início ao processo de construção das obras públicas de Teresina, estavam os escravizados nacionais Marcelino, Antônio, Lourenço, Policarpo, Cassiano, Eusébio, Casimiro, Nicolau, Manoel e Lourenço e as escravizadas Hilária e Ignez, responsáveis pela preparação dos alimentos e lavagem das roupas dos trabalhadores (APEPI, CX. 496); eram todos trabalhadores enviados das fazendas nacionais, as quais originaram-se do legado deixado por Domingos Afonso Sertão, após sua morte em 1711, aos padres inacianos. Acrescidas de outras propriedades, totalizaram 39 fazendas em 1760, ano da expulsão dos jesuítas, quando passaram a chamar-se Fazendas do Real Fisco ou simplesmente Fazendas do Fisco. Dividiam-se em três departamentos ou inspeções denominadas Piauí, Canindé e Nazaré, possuindo cada uma delas um inspetor nomeado pela presidência da província.

Após a independência do Brasil em 1822, estas propriedades passaram a denominar-se Fazendas da Nação ou Nacionais, mantendo a mesma estrutura e o assentamento no trabalho escravo. Em 1844, as propriedades da Inspeção Canindé passaram à posse do conde e condessa de Águila, sendo esta última irmã do imperador D. Pedro II e as recebido como dote, passando então a serem geridas por procuradores particulares indicados pelo casal. Em relação às fazendas (LIMA, 2005, p. 50):

As propriedades, embora fossem reconhecidas legalmente e administradas como “fazendas de criação” haviam deixado de ser exclusivas do criatório. (...) A nova estrutura de funcionamento havia transformado as propriedades em fazendas de criação, produtoras de gêneros para o mercado interno e fornecedoras de mão de obra para a província e para o Império.

Havia, como ressaltado, a possibilidade de deslocamento dos trabalhadores escravizados para outras unidades produtivas, dentro e fora da província, ou ainda para o exercício de atividades não relacionadas diretamente as necessidades das fazendas o que, em regra, forjava para os trabalhadores o cumprimento de novas tarefas e serviços. Como exemplo, temos a cessão de trabalhadores para a construção civil, em especial obras públicas, e para servirem no “zelo” dos

prédios públicos. Assim, os administradores das fazendas primavam, sempre que possível, pela substituição dos trabalhadores assalariados por escravizados, ensinando a estes os ofícios desempenhados pelos primeiros (GORENDER, 1992, p. 187). Neste sentido, Saraiva fez claras recomendações:

Recommendo a V.Sas que não admittão na obra da Igreja Matriz da Villa Nova do Puty outros serventes se não os escravos das Fazendas Fiscaes [...]. Já mandei quatro escravos pequenos para serem admittidos como aprendizes na obra de pedreiro, ou carpina, e estes podem dispensar completa-mente o serviço de quaesquer outros em taes circumstancias (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p.).

Praticamente um ano depois, o presidente da Província reforçou a recomendação dada anteriormente: “[...] e efectivamente lhes ordeno, que não consintão na obra outros serventes que não sejam escravos das fazendas fiscaes, representando-me sobre a necessidade de maior numero, quando assim o julguem conviniente.” (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p., grifo nosso).

Com a chegada dos obreiros na Vila Nova do Poti, incluindo os escravizados da nação, iniciava-se o processo de formação da nova capital. Restava, entretanto, a aprovação da transferência, o que só ocorreria por ocasião das eleições para a Assembleia Provincial em 1852, onde a maioria dos deputados vencedores era partidária da mudança (CHAVES, 1998, p. 26). Desta forma, em 20 de julho foi aprovada a Resolução n. 315 que autorizava a transferência da capital, elevando a Vila Nova do Poti à categoria de cidade, mudando seu nome para Teresina (em homenagem à imperatriz Teresa Cristina) e transferindo para esta última a sede do Governo e todas as repartições públicas. De acordo com a referida resolução, o presidente da província estava autorizado a alugar os prédios que abrigariam as repartições públicas, a fazer desapropriações de terrenos e, quando não fosse possível alugar, a mandar construí-los, por administração ou arrematação. A cadeia e o cemitério foram então citados como obras mais necessárias. A resolução autorizava ainda que, com certa urgência, se transferisse o Estabelecimento dos Educandos Artífices de Oeiras para a nova capital, posto que, os educandos trabalhariam nas obras públicas de forma compatível com os ofícios exercidos (APEPI, 1852).

A palavra de ordem durante todo o processo de construção das primeiras edificações da cidade foi economia. Economizava-se na aquisição e

transporte dos materiais necessários, na contratação e no sustento dos trabalhadores e, mesmo a construção da igreja matriz de N. S. do Amparo, primeiro prédio público da nova capital, foi realizada com a ajuda dos moradores da Vila. Tratava-se assim, de aliar redução de custos para o poder público, apoio e empenho popular para o projeto, mas sem também onerar os solícitos moradores.

Nesse contexto, procurava-se utilizar o maior número possível de trabalhadores escravizados em substituição aos trabalhadores livres assalariados visando ao barateamento das obras, mas mantendo-se o tempo e a qualidade dos trabalhos previstos. Assim, a mão de obra escravizada aparece nas correspondências oficiais, a exemplo da correspondência entre a comissão encarregada da construção da matriz e o presidente da província, como detentora de habilidades para a construção civil, ainda que apresentando menor produtividade:

[...] a Comissão tem entendido, que só se devem conservar os serventes indispensaveis e [...] que aquillo que os serventes assalariados fasem em dous dias, por exemplo, os escravos fiscaes podem fasem em quatro dias sem o menor atraso do serviço, e com economia de salarios p.a a obra (APEPI, cx. 250, n.p.).

Desta forma, os negros escravizados adquirem, para a administração pública, uma especialidade apresentada como “servente”. A categoria servente na construção pública, ontem e hoje, constitui-se no exercício de atividades como a demolição de edificações de concreto, alvenaria e de outras estruturas, a preparação dos canteiros de obras através da limpeza da área e nivelamento dos terrenos, a realização de escavações, o transporte de matérias primas, a limpeza dos instrumentos de trabalho, e o preparo da massa de concreto, reboco, argamassa e outros materiais.

As múltiplas habilidades do trabalhador escravizado servente ratificavam o padrão de utilização dos escravizados no processo produtivo sob a vigência das relações escravistas. O trabalhador, em regra, desenvolvia tarefas e serviços conforme a necessidade do processo de trabalho. Assim, o trabalho de um servente escravizado caracterizava-se, fundamentalmente, pela diversificação. A diversidade de tarefas a serem desempenhadas revelava-se em eficiente estratégia de combate a ociosidade.

Em maio de 1852, devido à falta de cal a obra da matriz ficou paralisada. Como os trabalhadores escravizados não podiam ficar ociosos, foram

encarregados da extração de matérias primas para a referida obra. Ordenou Saraiva que quatro escravos, dentre os empregados na obra e, acompanhados de um bom oficial de carpina, fossem retirar madeiras de cedro nas terras do Coronel José Cândido. Os demais escravos ficaram encarregados de extrair pedras, barro e quaisquer outros materiais necessários para a obra (APEPI, 1846-1855, COD 181).

Em que pese estes trabalhadores escravizados aparecem nas correspondências entre o mestre de obras públicas e o presidente da província como trabalhadores sem nenhuma especialização, a necessidade de trabalhadores especializados impelia a administração a inserir, nas obras, muitos jovens escravizados para aprenderem um ofício, geralmente o de pedreiro ou de carpinteiro (APEPI, 1848-1855, COD 180).

Ressalte-se que, no processo de inserção dos trabalhadores nestas obras, sua função era limitada a de servente ainda que houvesse a expectativa do trabalho especializado futuro. Como servente ou especializado, o trabalhador escravizado não possuía autonomia no processo de trabalho no que diz respeito ao padrão de arquitetura ou urbanismo nem com relação aos métodos de construção. Assim, o escravizado limitava-se a reproduzir ordens e a executar os padrões pré-estabelecidos.

O padrão arquitetônico e as técnicas construtivas decorriam das condições econômicas e sociais, ou seja, de uma economia rural escravocrata onde a ideia de unidade arquitetônica e urbanística refletiam a estratificação, o autoritarismo e a rusticidade inerentes ao sistema escravista. A simplicidade das edificações, o aspecto pesado e sombrio, a forma retangular e a pouca luminosidade interior representavam o poder e o controle senhoriais. No geral, predominou nestas edificações a simplicidade arquitetônica, a pobreza das técnicas produtivas e a rusticidade ou má qualificação da mão de obra (MAESTRI, 2001).

A mão de obra escravizada, ao que tudo indica sendo a predominante nas edificações, como auxiliar ou principal, no cotidiano das obras parece ter demonstrado pouca habilidade ou desamor para o trabalho requerido. A construção da Matriz de N. S. do Amparo é exemplar, a julgar pelos sucessivos problemas. Em janeiro de 1852 o presidente da província reclamou que a obra não apresentava o progresso esperado, levando-se em conta o número de trabalhadores empregados e as despesas feitas, não estando concluídas ainda, as

paredes da capela-mor. Três meses mais tarde, comunicando-se com os membros da comissão responsável pela fiscalização da obra da matriz, Saraiva orientou-lhes que despedissem os trabalhadores “[...] sem as habilitações precisas ou disleixados no serviço de maneira que a sua conservação seja contra a economia da mesma obra” (APEPI, 1848-1855, COD 180, n.p.).

Pouco tempo depois, queixa-se novamente o presidente da província da morosidade da obra, decidindo paralisar os trabalhos e ir pessoalmente examiná-la, avaliando a conveniência de manter a administração da obra a cargo público ou de submetê-la à arrematação por particulares. Esta não foi a única vez que a obra da matriz paralisou. As motivações eram variadas, porém recorrentes: a falta de matérias primas, a falta de trabalhadores e a seca que, ocasionando a ausência das pastagens, consequentemente debilitava os rebanhos, fazendo decrescer as rendas da província economicamente baseada na atividade agropastoril extensiva além de dificultar o transporte dos materiais necessários para as obras. Cinco anos após o início das obras da matriz, esta ainda apresentava muitos defeitos em sua construção. De acordo com o relatório elaborado pelo engenheiro recém-contratado pelos cofres provinciais, Alfredo de Barros e Vasconcelos, o edifício da matriz não apresentava regularidade nem solidez, o exterior tinha aparência desagradável e desproporcional, o interior era mal dividido e irregular, havia paredes rachadas e desaprumadas e a capela mor era demasiadamente acanhada. A falta de solidez dos alicerces, problema que segundo ele não tinha solução, demandava constantes reparos (APEPI, 1856).

Na avaliação de Alfredo de Barros e Vasconcelos, houve uma sucessão de erros que motivaram os problemas estruturais no edifício da matriz entre os quais, a utilização (por motivações econômicas) de argamassa de má qualidade, a construção dos alicerces não havia obedecido às normas e necessidades próprias de um terreno frouxo e arenoso e o emprego de operários sem qualificação. Para o engenheiro, na edificação da igreja matriz, pouco se tinha levado em conta os princípios da arquitetura o que o motivava a reiteradas vezes e, não somente ele, defender a construção de outra matriz logo que os cofres públicos dispusessem de recursos suficientes (APEPI, 1856).

Além do trabalho na construção de prédios

públicos, os escravizados nacionais eram a mão de obra de outras obras públicas, como a limpeza do rio Parnaíba (para facilitar a navegabilidade), cortavam lenha para fornecimento público e para o vapor Uruçuí da Companhia de Navegação do rio Parnaíba, limpavam poços públicos para consumo doméstico de água e aterravam áreas pantanosas da cidade (APEPI, 1855/1857/1858/1859).

Os trabalhadores escravizados além de úteis à construção das edificações, nelas permaneciam para garantir o seu pleno funcionamento. Desta forma, ganharam novamente a pecha de “serventes”, mas com outras atribuições dentro e fora dos prédios das repartições públicas, a começar pelo Palácio da Província:

Não havendo ainda serventes proprios para o Palacio da Presidencia, e reconhecendo que he indispensavel a concervação de algum que trate do aceio da Caza, e serventia d'agua, designei os escravos Nacionaes Lourenço e Ignez Molher do mesmo para o fim indicado; por isso já os ditos escravos forão mandados para Palacio fazerem seu serviço, ficando elles tambem obrigados a aguarem as mangueiras que formão o primeiro quadro da Praça, em quanto não tiverem m.to em que se occupar (APEPI, cx. 496, n.p.).

Vasta é a quantidade de ofícios relacionados aos escravizados nacionais servindo aos prédios públicos. No regulamento do Hospital de Caridade, na seção que trata dos serventes do hospital, encontramos a designação de suas funções:

Artigo 38. Haverão dois serventes, um para cada um Enfermeiro, e tambem uma servente para a Enfermeira.

Artigo 39. Serão obrigados à todo o serviço da casa, esgoto, conducções, mandados e determinações immediatas dos Enfermeiros, assim como dos demais Empregados.

Artigo 41. Existirão os cosinheiros precisos, e as lavadeiras sufficientes para o estabelecimento [...] (APEPI, 1857).

É certo que os serventes do hospital, segundo consta no regulamento, poderiam ser livres ou cativos, entretanto, por motivações econômicas, a grande maioria das referências que encontramos aos serventes remete à utilização dos escravizados nacionais para esta função. Na documentação pesquisada, nos deparamos com frequência significativa, com pedidos do administrador do Hospital de Caridade para que fossem enviados escravizados das fazendas nacionais para “[...] substituírem aos serventes desse Hospital que se alforriarão” (APEPI, 1848-1855, COD 187, n.p.) ou, como no caso do escravizado Faustino, para “[...] substituir ao de nome Francisco (Chicão), que servia no Hospital de Caridade” (APEPI, cx. 496,

n.p.) e que se encontrava preso.

Entretanto, a maioria dos pedidos de substituição era motivada por doenças dos escravizados serventes, tal qual é o caso da escravizada que tinha como função, no Hospital, a lavagem das roupas (APEPI, cx. 250). Esta situação valia também para os que serviam no Estabelecimento dos Educandos Artífices. Em 1859, o presidente da província Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque comunicava ao diretor dos educandos: “Em resposta ao seo officio de hontem, tenho a dizer-lhe que nesta data expedi Ordem ao Director das Obras Publicas Provinciaes para mandar substituir por outros os escravos serventes desse Estabelecimento que se achão doentes.” (APEPI, 1848-1855, COD 187, n.p.).

Tomaz, um dos escravizados serventes no referido estabelecimento, faleceu em 1860 no Hospital de Caridade. Josefa, Basílio, Manoel Raimundo, Manoel José, Luísa, José e Domingos, todos serventes do Estabelecimento dos Educandos Artífices no período de 1860 a 1865, foram substituídos por motivos de saúde. As péssimas condições de vida e trabalho associadas a eventuais epidemias tornavam comum a ocorrência de doenças entre os escravizados e a frequente necessidade de substituição:

[...] Manoel, e Victorino, escravos das fazendas fiscaes, este das Guaribas, e aquella da Gameleira do Piauhy, quando vierão pa o serviço das obras publicas, queixarão-se de soffrêr molestia no peito, e agora pela continuação do serviço, soffrem bastante desse mal aponto de escarrarem sangue pela boca, deixando assim de fazerem maiz serviço, cauzando por isso prejuizo, não só a fazenda, já com remedios, como m.mo por se ir agravando m.o este mal, tornando-se assim perigoza a vida d'elles, por isso pesso a V. Ex.a que tomando em consideração o que a cima exponho, mandar vir outros em substituição d'elles, que nenhum serviço prestão as mesmas obras publicas; porem V.Ex.a mandarã o que for servido (APEPI, cx. 496, n.p.).

Através dos mapas demonstrativos da movimentação dos doentes do Hospital de Caridade, anexos nos relatórios dos presidentes da província, encontramos a relação das doenças mais comuns que afetavam os trabalhadores escravizados nacionais: as febres intermitentes (malária), os bubões sífilíticos, os cancros venéreos, a oftalmia, a hepatite, os tumores, as sarnas, o torcicolo, o catarro pulmonar, o escarro de sangue e a bronquite aguda. Somente entre 1854 e 1857, 94 escravizados nacionais estiveram internados no Hospital de Caridade (APEPI, 1854/1855/1856/1857).

O contato prolongado com a cal, principal produto utilizado nas obras públicas da nova capital, certamente causava a oftalmia, os problemas respiratórios, entre eles a tuberculose e suas complicações e, igualmente, irritações na pele e mucosas, às quais aparecem nos mapas do hospital com a denominação de erisipela, feridas simples, tumores diversos e panarício.

Além das atividades inerentes às obras públicas e às repartições públicas, alguns escravizados igualmente trabalhavam para obter sua parca alimentação. O presidente da província José Antônio Saraiva autorizou que Avelino da Silva, encarregado do suprimento dos escravos das fazendas nacionais utilizados nas obras públicas, empregasse tais trabalhadores “[...] das 7 as 9 horas da noite em socar o arroz e milho para sustento d’elles visto que a escrava não pode só dar conta desse trabalho e, do da cozinha.” (APEPI, 1848-1855, COD 181, n.p.).

Fato curioso foi a reclamação que os trabalhadores escravizados fizeram ao próprio presidente da província, quanto à alimentação destinada a eles enquanto trabalhavam nas obras públicas da nova capital. Como resposta, Saraiva ordenou à Comissão responsável por suprir estes trabalhadores que continuassem economizando na compra dos gêneros alimentícios destinados a eles. Entretanto, como parte de uma estratégia paternalista que intencionava forjar a existência de uma boa comunicação entre autoridades e trabalhadores e o controle das insatisfações e dos próprios trabalhadores, o presidente da província formulou uma tabela relacionando os alimentos, e suas respectivas quantidades, que deveriam ser fornecidos aos escravos (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p.):

Tabella das rações diarias dos escravos que trabalhão na Obra da Igreja Matriz

Meia libra de carne secca

Dous canecos de farinha

Meio dito de feijão

Meia quarta de libra de toucinho

Sal sufficiente

Milho cosido a noite com rapadura ou arroz

Meia libra de carne seca correspondia,

aproximadamente, a 250 gramas que, juntamente com mais 125 gramas de toucinho, uma caneca de farinha e meia caneca de feijão formavam a refeição diária no almoço dos trabalhadores escravizados. Certamente uma refeição bastante pobre principalmente levando-se em conta as atividades extenuantes realizadas pelos mesmos. Odilon Nunes (2007) nos informa que pouco tempo depois,

os escravizados voltaram a reclamar da alimentação destinada a eles, chegando mesmo a recusá-la, o que nos leva a crer que não houve melhoria alguma e que os escravizados continuavam recebendo a farinha como componente mais abundante da dieta

A Comissão encarregada da obra da matriz também foi autorizada por Saraiva a comprar com urgência o tecido necessário para que se fizessem duas camisas e duas calças para os escravos do sexo masculino e uma camisa e uma saia para as escravas do sexo feminino, pois segundo o presidente da província, estes trabalhadores encontravam-se em estado de nudez (APEPI, 1848/1855, COD 181).

Não bastassem as duras condições de vida e trabalho, não importando o local e a atividade exercida, atrelado ao trabalho estava o castigo. Assim, como no domínio privado, a forma, intensidade e frequência eram ditadas pela exigência do trabalho, de forma a não tornar o escravizado inútil para exercer suas atividades. A violência era a resposta pública à rejeição do trabalhador escravizado ao trabalho, vista como manifestação de indolência e vadiagem. A rejeição do trabalhador era na verdade a resistência à própria condição, como bem explica Gorender (1992, p. 62-63, grifos do autor):

É que no escravismo a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta, mais do que em qualquer outro modo de produção, sob o aspecto de *oposição ao próprio trabalho* [...] Porque o escravo real só conquistava a consciência de si mesmo como ser humano ao *repelir* o trabalho, o que constituía sua manifestação mais espontânea de *repulsa* ao senhor e ao estado de escravidão.

Da resistência decorria a necessidade constante do uso da violência, que poderia ser explícita ou implícita (GORENDER, 1980). O castigo e o controle permanentes dos escravizados eram temas tratados regularmente nas correspondências entre o presidente da província e o mestre de obras públicas. A fala a seguir do presidente é exemplar:

[...] mande convenientemente castigar os escravos das Fazendas Fiscaes, que lhe faltarão ao respeito, pois que sendo V.M.ce a pessoa a quem se achão elles sujeitos n’essa vila, é que deve dar-lhes os castigos merecidos, e estranho-lhe, que se julgue V.M.ce sem esse direito pois que *me parece impossivel que bem sirvam taes escravos sem temor de castigo algum*, sendo que a Comissão encarregada da obra bem procedeo respondendo-lhe como fez, pois que não só elle, como V.M.ce podem mandar castigar os mesmos escravos, sabe o director de inspeção da Presidencia sobre a *moderação de taes castigos* (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p., grifos nosso).

Para a vigilância e manutenção da ordem sobre os trabalhadores, havia nos locais de obras

públicas, o aparato policial. Os trabalhadores executavam suas tarefas e serviços sob olhares atentos de soldados devidamente instruídos e armados (APEPI, 1848/1855, COD 180). A partir de 1857, com a extinção no ano anterior do cargo de mestre das obras públicas, passou a vigorar o Regulamento nº 32 o qual tratava da direção e fiscalização das obras públicas provinciais. Entre as medidas instituídas por este regulamento estava a criação do cargo de feitor das obras públicas, cuja função era, entre outras, observar “[...] a todas as horas de trabalho, se os trabalhadores cumprem os seus deveres” (APEPI, 1857, n.p.).

Percebe-se na documentação pesquisada uma frequência considerável de pedidos ou ordens de devolução de trabalhadores escravizados às fazendas nacionais por parte das autoridades responsáveis pelas obras públicas, com a alegação de não poderem prestar nenhum tipo de serviço. Como a documentação não apresenta os motivos de tal alegação e, descartando a possibilidade de que estes trabalhadores estivessem doentes, caso que sempre vinha acompanhado do pedido de substituição, acreditamos que essa devolução fosse motivada pela dificuldade de adequação ao tipo de trabalho próprio da construção civil.

Ainda em 1850, sete escravos foram devolvidos para as fazendas nacionais. No ano seguinte, mais quatro foram devolvidos, seguidos da observação do mestre de obras na qual este último informava que os trabalhadores “[...] não podiam prestar serviço algum à obra da matriz” (APEPI, 1848/1855, COD 181, n.p.). Oriundos das fazendas nacionais, os homens escravizados eram vaqueiros, acostumados predominantemente ao trabalho pastoril, ainda que desenvolvessem outras tarefas nas fazendas (FALCI, 1995).

Como trabalhadores não habilitados para as tarefas exigidas pela construção não poderiam, nas condições concretas, adquirir habilidades no ritmo desejado e exigido. Contudo, a motivação principal das devoluções de escravizados para as fazendas nacionais, parece ter sido o não aprendizado, propositadamente, de um ofício, como forma de resistência. Resistência que se iniciava, e se manifestava contrária, às constantes transferências internas e externas de trabalhadores escravizados das fazendas nacionais.

A resistência dos trabalhadores escravizados às transferências manifestava-se ainda nas fazendas, com ameaças de fugas e suicídio (LIMA, 2005). Efetivada a transferência para a nova capital e para

as obras públicas, o ato de “fazer mal feito”, seria uma eficiente forma de ser mandado de volta às fazendas. A oposição ao explorador refletiu-se, inúmeras vezes, na repulsa ao próprio trabalho ●

#### Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 250.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Código das Leis Piauienses de 1852.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Código das Leis Piauienses de 1857.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Fundo do Poder Executivo. Assunto: Teresina 1855/1857/1858/1859.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Sala do Poder Executivo. Relatórios dos presidentes da província de 1854, 1855, 1856 e 1857.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Sala do Poder executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência. COD 180, COD 181, COD 187. 1848-1855.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.
- CHAVES, M. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- GAMA, J. M. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama e de inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitânicas do Norte, em 1728. *Biblioteca do IHGB*. Livro n. 158.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1980.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- LIMA, S. O. *Braço forte*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MAESTRI, M. *O sobrado e o cativo*. Passo Fundo: UFP, 2001.
- NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. v. IV.

\* Mestranda em História do Brasil na UFPI  
(gresendecarvalho@hotmail.com).

\*\* Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em  
História do Brasil na UFPI (s.olima@bol.com.br).